

INSTITUTO
Documentação
FONDO AMBIENTAL
Fonte: DESP (Geral)
Data: 29/1/2009 Pg. A7
Class: 002

Instituto vai investigar irregularidades na Bahia

Funcionários no extremo sul do Estado estariam autorizando desmatamentos ilegais

HERTON ESCOBAR

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai investigar denúncias de irregularidades contra três escritórios regionais do órgão no extremo sul da Bahia, área crítica de preservação da mata atlântica. Uma comissão de Brasília deve chegar hoje à região para iniciar a apuração nos núcleos de Eunápolis, Teixeira de Freitas e Ilhéus. Desde o dia 8, o Ibama realiza uma operação especial para levantar irregularidades e combater os desmatamentos, além das queimadas e o tráfico de animais silvestres na região.

“Será feito um levantamento completo nos três escritórios e todos os funcionários que possam comprometer o trabalho serão afastados”, disse o diretor de Proteção Ambiental do Ibama e coordenador da Operação Mata Atlântica, Humberto Candeias Cavalcanti. O afastamento pode ser de 30 ou 60 dias. As denúncias

constam de um dossiê entregue pela Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente no início do mês. “Desde 1996 apuramos uma série de irregularidades do Ibama na região, principalmente com relação à atividade madeireira”, disse o engenheiro florestal Carlos Alberto Mesquita, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.

Desmate – Segundo Mesquita, funcionários do órgão defendem abertamente a indústria madeireira e autorizam desmatamentos irregulares, além do funcionamento de carrovoarias e serrarias ilegais. A maior parte das denúncias recaem sobre os técnicos João Carlos de Oliveira Pinto, do escritório de Teixeira de

MATA
ATLÂNTICA É
PROTEGIDA
NA REGIÃO

Freitas, e Hévio Luiz Covre e Cosme Damião Cavalcante, ambos de Eunápolis.

A mata atlântica no extremo sul da Bahia está reduzida a 5% da cobertura original e as florestas remanescentes são consideradas um importante corredor ecológico. Em janeiro de 2001, o ministro José Sarney Filho proibiu qualquer exploração madeireira desse ecossistema na região.